

UM GIRO NA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA: A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DOS ATOS PERFORMATIVOS MASCULINIZADOS

Prof.^a Dr.^a Suely Messeder

RESUMO: Neste artigo pretende-se articular os conceitos de masculinidade e ato performativo. Esta articulação desenrolar-se a partir de duas questões: 1) Como e o quê da masculinidade; 2) E por que ato performativo? O diálogo é entabulado entre Connell e Butler e tem como ponto de interseção o conceito de habitus desenvolvido por Bourdieu. Destaca-se que a ideia central perseguida é a possibilidade dos/as investigadores/as não criarem estigmas ou cristalizarem as realidades construídas em suas análises. Apesar de ter como ponto de partida de análise os sujeitos sociais no mundo com os seus corpos encarnados.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade, performance, habitus.

ABSTRACT: This article attempts to articulate the concepts of masculinity and performative action. This relationship unfold from two questions: 1) How and What of the masculinity, 2) And why performative act? The dialogue is held between Butler and Connell and takes as its point of intersection the concept of habitus developed by Bourdieu. It is notable that the central idea persecuted is the possibility of the researchers do not create the stigmata or crystallizing the constructed realities in their analysis. Although having as a starting point of analyze the social subjects in the world with their bodies incarnated.

KEYWORDS: Masculinity, performance, habitus.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi pensado para ser apresentado no *I PRÉ-FÓRUM DE CRÍTICA CULTURAL POLÍTICAS PÚBLICAS E HETEROTOPIAS CULTURAIS*. O desafio proposto era traçar um breve esboço de como tenho desenvolvido a ideia de ato performativo masculinizado desenrolado por varões migrantes negros da segunda diáspora na Península Ibérica, a partir da articulação entre a teoria de masculinidade, teoria de *habitus e campo* e *teoria queer* (Connell: 1999; Bourdieu: 2000; Butler: 2001). O conceito de ato performativo sugere que as normas, as regras, as estratégias e as pautas são repetidas pelos atores, mas não essencializadas. A ideia de movimento intrínseca ao ato performativo indica que os investigadores não criam estereótipos ou cristalizam as realidades construídas em suas análises.

A partir do conceito de masculinidade de Connell (1996), operado no interior das relações gênero constituído em suas três dimensões: poder, mercado e desejo, será montada a posterior interpretação do trabalho de campo, cujo conteúdo permitirá pensar sobre os retrocessos e avanços conseguidos através dos conceitos de masculinidade hegemônica, masculinidade subalterna e masculinidade marginalizada. Em seguida, veremos que a ideia de ato performativo de gênero, defendida por Butler (2000), vai além do gênero/sexo e se enreda com a raça/etnia e classe. Depois de clarear estas duas idéias, passa-se a pensar sobre a ideia de agente social em Butler, tomando como base a sua discussão com Bourdieu (1980). Nas considerações finais sinaliza-se a possibilidade de que a construção do ato performativo masculinizado é um desejo de ir além da fixidez das classificações nativas e científicas das práticas de gênero e de sexualidades oriundas da matriz da heterossexualidade compulsória.

1 DO OBJETO NATURAL À MASCULINIDADE: CONSTRUINDO O MARCO TEÓRICO

Para abordar, em nível teórico, a análise da masculinidade lanço duas questões, que serão perseguidas através de autores como Connell (1996) e Butler (2001). As questões são: 1) Como e o quê da masculinidade; 2) E por que ato performativo? Ambos os autores permitem a abertura de diálogo com Bourdieu, sobretudo pelos seus conceitos de *habitus* e campo¹. A partir deste diálogo espera-se não negligenciar a implicação das circunstâncias coletivas historicamente herdadas no curso e no resultado das condutas sociais, tampouco negligenciar o domínio da ação.

Tentemos esclarecer a primeira questão: Como e o quê da masculinidade?

¹ Foi Bourdieu quem abriu novas perspectivas para o estudo mais sistemático das relações entre o social e o corpo ao tomar emprestado de Mauss o conceito de *habitus*, indo, porém, mais longe do que esta definição. O conceito de *habitus*, introduzido por Mauss, possui a dualidade corpo-mente e signo-significado, que será revisitado em Bourdieu. Mauss (1974), em seus estudos sobre as técnicas do corpo, sublinha a necessidade de se conhecer e descrever todos os usos que os homens (sic), no decurso da história, fizeram e continuam a fazer de seus corpos. Assim, o corpo, longe de ser apenas um ente natural (estudado pela Medicina, Biologia, Física etc.), é produto de um aprendizado social e cultural e, portanto, culturalmente variado. Mauss define a técnica corporal como a maneira pela qual os homens se servem dos corpos, ou seja, o corpo é o dado natural do homem e é instrumentalizado por ele, por via do aprendizado das técnicas mediante educação e imitação. Daí, a noção de *habitus* que parte de uma idéia de aquisição e consenso, sobretudo como um resultado da socialização nos indivíduos. O corpo é a matéria prima que a cultura molda e inscreve de modo a criar diferenças sociais.

Para não contestar tal pergunta de forma simplista, ou seja, masculinidade é a oposição daquilo que não é a feminilidade, seguirei as pegadas de Connell (1996), para depois clarear como esta ideia de masculinidade foi perseguida metodologicamente². A ideia central é que a masculinidade deve ser entendida numa estrutura de gênero, nunca como um objeto natural. Seguiremos passo a passo as idéias de Connell, e quando possível contestaremos.

O autor coteja as definições normativas da masculinidade nas teorias essencialistas, nas teorias do positivismo etnográfico, nos estudos sobre meios de comunicação e nos enfoques semióticos. Segundo ele, o essencialismo define a masculinidade como um conceito universal baseado na hereditariedade biológica; o positivismo define o masculino (numa perspectiva a-histórica) como uma estrutura única, um arquétipo. No normativo é definida uma identidade padrão, onde a masculinidade é o que os homens devem ser, embora sejam tidas em consideração as diferenças entre os indivíduos masculinos; e a semiótica define a masculinidade através de um sistema de símbolos diferentes, no qual os espaços masculino e feminino são contrastantes, sendo a masculinidade definida como o não feminino.

Diante dessas quatro linhas teóricas, Connell conclui que no lugar de definir a masculinidade como objeto (de caráter “natural”, conduta mediana ou norma), é necessário centrar-se nos processos e relações por meio das quais os homens e mulheres têm as suas vidas inseridas na dimensão de gênero. Desse modo, Connell considera que a masculinidade deve ser refletida a partir dos cinco principais problemas da teoria construcionista, tais como: (a) os seus argumentos deixam-nos com as categorias dicotômicas de “homens” e “mulheres”; (b) entende os indivíduos como unos, porém não formados; (c) não assume a construção do corpo como uma construção social, tendo a esse respeito uma visão essencialista; (d) estabelece a construção do gênero em termos de pessoa unitária; (e) as relações entre homens e mulheres são vistas em termos de interação, de entidades polarizadas.

Connell advoga por uma dimensão da análise de gênero que incorpore o processo e as práticas sociais como fundamentais na construção dinâmica das masculinidades.

² Apesar das inúmeras críticas que o trabalho de Connell vem continuamente recebendo, o autor continua sendo a grande estrela dos estudos sobre masculinidades. A crítica ocorre, sobretudo, pelo uso, aparentemente inadequado do conceito de hegemonia herdado de Gramsci.

Recorrendo às análises de gênero já clássicas de Mitchell (1971) e Rubin (1975), Connell “reconhece” três dimensões presentes nas masculinidades³:

as relações de poder: cujo eixo primordial é a subordinação geral das mulheres e a dominação dos homens – que ele chama do poder patriarcal;

as relações de produção no mundo do trabalho: também claramente assimétricas no que se refere à dimensão de gênero;

³ A primeira autora citada por Connell, Juliet Mitchell em seus livros *Feminism and Psychoanalysis: the daughter's seduction* e *Reading Lacan*, vemos o seu percurso do marxismo a Althusser e deste a Lacan. Através do comentário de vários textos da autora, Gallop (1997) ressalta os dilemas com os quais ela se debate: natureza x cultura, humano x biológico. Analisando a forma como Mitchell utiliza o termo *histórico* adjetivando invariavelmente o simbólico lacaniano, Gallop procura demonstrar quais são as questões da autora, como feminista marxista procurando juntar feminismo e psicanálise nos anos 60, que orientam sua leitura particular de Lacan. A segunda autora que se refere Rubin (1975), como comentado anteriormente faz convergir a perspectiva antropológica estruturalista com a psicanalítica e com a marxista, tentando alinhar o construtivismo relativista e a universalidade da estrutura. Rubin inaugura a "matriz sexo-gênero" como uma matriz heterossexual do pensamento universal. Embora, a autora advogue a idéia do universal, ela separa a dimensão biológica do "sexo" orgânico, anatômico, em primeiro lugar, do que hoje chamaríamos da dimensão "simbólica", onde os termos tomam o seu valor do lugar que ocupam numa estrutura de relações na qual, geralmente, mas nem sempre, o significante anatômico define as posições, mas estas não podem ser consideradas fixas ou coladas naqueles, e, em segundo lugar, da dimensão cultural, agregada, do "gênero", preenchida com conteúdos particulares por cada tradição. É aqui importante compreender a separação, mas, também, as associações, entre o sexo biológico, enquanto dado da natureza, por um lado, a posição assinalada a cada um deles numa estrutura de sentido eminentemente abstrata que se encontra por trás de toda organização social, por outro, e, ainda, a construção variável, cultural e histórica, do conjunto de comportamentos e predisposições associados a cada um dos gêneros. A cada um dos termos do dimorfismo biológico macho-fêmea, agrega-se um conjunto de significados distribuídos na matriz binária masculino-feminino que configura a dualidade dos gêneros na cultura e na história, dualidade que simultaneamente encobre e deriva de uma estrutura que mais do que empírica é cognitiva – denominada "matriz heterossexual". A matriz heterossexual é, antes de outra coisa, a matriz primigênia do poder, o primeiro registro ou inscrição do poder na experiência social e na vida do sujeito. Qualquer um que seja o conjunto de traços que venham a preencher a imagem do feminino e do masculino em cada cultura particular, a estrutura básica do masculino como sujeito falante, que entra ativamente no âmbito público das trocas de signos e objetos, e de um feminino/objeto/signo permanece no cerne das relações de gênero.

as relações emocionais ou *cathexis*: sobretudo desejo sexual e diferentes práticas que o atualizam.

Seguindo as autoras feministas, Connell acredita que resolve e supera as deficiências da Teoria do papel social, concluindo que a análise da masculinidade via o conceito de papel nos leva a um mero conjunto de expectativas e atitudes. Em contrapartida a análise da masculinidade via as relações de poder, as relações de produção e as relações emocionais nos oferecem a possibilidade de abordar as complexas masculinidades existentes no contexto. O problema que passa despercebido por Connell é efetivamente denunciado através da leitura de Butler, a teoria de gênero nos leva inevitavelmente ao contrato heterossexual, no qual somente duas figuras o protagonizam: o homem e a mulher.

Seguindo Connell, para se compreender a configuração de práticas, é preciso pôr ênfase naquilo que as pessoas realmente fazem, não naquilo que é imaginado ou esperado. Falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico, o que não significa dizer que a prática é necessariamente racional. Pensar sobre posição dos homens é entender que a masculinidade coexiste com as relações sociais e o corpo, insistindo que no gênero a prática social dirige-se aos corpos. Por meio dessa lógica, as masculinidades são corporificadas, sem deixar de ser sociais. E, assim, Connell complexifica sua estratégia de definição conceitual e reconhecendo a aceitação do efeito combinado entre gênero, raça e classe é que o autor vai propor o conceito de masculinidade hegemônica. Nas suas palavras podemos expressar que a masculinidade hegemônica não é um tipo de caráter fixo – o mesmo, sempre e em todas as partes. É, muito mais, a masculinidade que ocupa a posição de hegemonia num modelo dado de relações de gênero, uma posição sempre discutível. Portanto, partindo da posição explícita de que podem existir múltiplas masculinidades, estas podendo variar histórica e culturalmente, o autor se propõe a considerar as práticas e relações que constroem os principais padrões de masculinidade que imperam atualmente no ocidente, que são: a hegemonia/dominação, a subordinação, a cumplicidade e a marginalização/autorização.

A masculinidade subordinada refere-se às relações específicas de gênero de dominação entre grupos de homens; na masculinidade subordinada, o simbólico se aproxima do simbólico da feminilidade; a marginalização refere-se à relação entre masculinidades nas classes subordinadas ou grupos étnicos. As masculinidades dos brancos, por exemplo, estariam construídas não só em relação às mulheres brancas como também em relação aos homens negros. Sendo assim, para entender gênero, é necessário ir além de gênero e, para entender classe, raça etc., deve-se ir em direção à dimensão gênero.

Assim, relevando uma dimensão da análise de gênero que incorpore o *processo* e as *práticas sociais* como fundamentais na construção dinâmica das masculinidades, este autor (que acompanha aqui a posição inaugural – já cinquentenária – de Simone de Beauvoir) pode claramente ser inserido numa perspectiva *existencialista*, onde masculinidade e feminilidade são postuladas como “projetos de gênero”. Tais “projetos” reconhecem a existência de várias estruturas de relação e diferentes trajetórias históricas que podem ocasionar às masculinidades, experiências tanto de contradições internas quanto de rupturas históricas, procurando demonstrar que as mesmas não obedecem a um processo único ou mesmo lineares.

Aproveitando a linha existencialista, a tipologia das masculinidades sugeridas em Connell, todas elas, com exceção da hegemônica, devem ser entendidas como subalternizadas, ou seja, assim como na explicação de Sartre (2004), não existiria o sujeito de direito judeu se não fosse o anti-semite, ou seja, não existiria o masculino subalterno em si mesmo, mas o ato masculinizado subalternizado e marginalizado. Desse modo, não haveria um Outro se não houvesse um Nós que tornasse o Outro hierarquizado pela classe, raça/etnia e sexo/gênero. Em outras palavras, a partir da perspectiva desconstrucionista e não-essencialista, a raça, o gênero e a classe são performados e se reproduzem socialmente como estruturas performativas, estruturadas e estruturantes, ligadas à reprodução social desigual, como a produção do social em contextos contingentes, cenários híbridos, históricos e abertos. Passemos, então, a compreender com mais clareza a ideia de ato performativo.

Não pretendemos fazer uma genealogia da Teoria dos atos de fala em Austin, inspirador de Judith Butler. Pretendemos sublinhar algumas questões que acreditamos serem mais importantes para entender o conceito teórico-metodológico aqui

desenvolvido. A teoria dos atos de fala indica que ao falar não só descrevemos o mundo, mas sobre ele agimos, fazemos coisas. Os enunciados, quando proferidos por indivíduos autorizados, não caracterizam a realidade, mas a (re-) criam. Para Butler, que se centra na ideia de que o sexo assim como gênero é construído, é preciso investir em como o agente participa na construção do sexo como algo natural e um dado precedente à ação. Dessa forma, os enunciados não são meramente descritivos; eles são, nessa perspectiva, prescritivos. Butler afirma que “La performatividad no es un acto único, sino una repetición y un ritual que logra su efecto mediante su naturalización en el contexto del cuerpo”. (2001, p. 15)

Da citação acima verificamos que a naturalização não é uma lei antecipada que pode conformar as categorias de homem/mulher, mas sim, que a lei da naturalização requer um árduo trabalho de repetição e reprodução de manejo dos corpos e dos desejos. Desta interpretação é preciso indagar, portanto, o que é ato performativo. Para ela, o ato performativo é uma prática discursiva, no sentido que se trata de um ato linguístico, neste sentido sujeito à interpretação. Com efeito, o ato performativo deve ser executado como uma obra de teatro apresentado a um público, ou seja, na interação com outros, segundo normas pré-estabelecidas. Daí indaga-se por que gênero é performativo? Vejamos como nos contesta Butler:

Así, dentro del discurso heredado de la metafísica de la sustancia, el género resulta ser preformativo, es decir, que constituye la identidad que se supone que es. En este sentido, el género siempre es un hacer, aunque no un hacer por parte de un sujeto que se pueda considerar preexistente a la acción. (2000, p. 58)

Esses atos são, para Butler, performativos, pois “a essência ou a identidade que pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (194). Os atos performativos de gênero e sexualidade são regulados por normas que estabelecem como homens e mulheres devem agir – o que Butler identifica como heteronormatividade. Essas regras limitam as potencialidades dos gêneros, circunscrevendo-os a um binarismo castrador.

Para entender esta dimensão do sujeito não prévio à ação no ato performativo, qual a questão que devemos formular, para não cairmos no corpo desencarnado por sua condição de negro, de classe e sexo? Segundo Molina (2003) podemos entender o projeto teórico e a estratégia política de Butler desta maneira:

Butler puede animarnos a cambiar de disfraz, pero ello sólo sería posible para las que estuvieran de vuelta de la Revolución, para las que ya hubieran tomado la Bastilla de la igualdad... así, la elección de género a la carta es un juego transgresor y puede que liberador, pero solo puede practicarse como tal cuando no hay necesidades mas perentorias que atender. Solo para este auditorio de elite puede tener sentido a estrategia de Judith Butler. Ella habla para las mujeres en Estados de Bienestar donde la igualdad está por lo menos reconocida en las leyes. Habla para las que están tocando el <<techo de cristal>>, en mismo sentido que Jonasdottir. Habla para las que tengan pendiente sólo la revolución interior a la que se refiere Gloria Steinem. Y habla desde el sujeto lesbico, al que le interesa de forma perentoria encontrar su identidad mas alla de la economía heterosexual...pero dentro de su marco teórico puramente constructivista no puede ofrecer normativas para elegir unas practicas y otras porque no hay nadie detrás que escriba el guión” (2003, p. 137)

No depoimento crítico de Molina sobre Butler, é preciso destacar pelos menos três ideias que coincidem com as críticas sofridas pela *Écriture Feminine*, que são rebatidas por Darlley em seu texto *The politics of writing (the) body: Écriture Féminine*. A primeira critica sofrida pelas autoras francesas ocorre, sobretudo, através dos marxistas britânicos, cujo ataque é denominar as teóricas feministas que se alinham a este pensamento como elitistas, classistas, narcíseas, intelectualistas, ahistóricas. A segunda critica decorre da suposta crença destas autoras, que é a credibilidade de que discurso construtivista sobre o corpo ira liberar as mulheres das múltiplas formas de opressão material no Terceiro Mundo. A terceira crítica é a impossível articulação entre uma análise psicanalítica da repressão feminina com uma análise feminista das formas de controle patriarcal do trabalho e sexualidade das mulheres.

As três ideias críticas formuladas situam-se no campo ideológico, nos revela Molina, porque atualmente, em qualquer paradigma de pensamento, tem-se o pressuposto da ideia de que todos estamos insertos numa narrativa prévia, em discursos que nos precedem. Neste sentido o ponto de partida de Butler “construtivista” estaria isento de uma critica, uma vez que o projeto teórico que a autora deseja construir está imerso neste paradigma. Mas, ao mesmo tempo, Molina advoga a ideia de que Butler é uma escritora que escreve para um grupo específico de mulheres, desse modo a sua análise não abarcaria a vida das mulheres pobres da África, latino-americanas, mundo pós-soviético e Ásia, tampouco oferece sugestões para uma mudança da situação de

pobreza e violência que são acometidas estas mulheres⁴. Neste sentido, segunda esta crítica, vemos uma teoria que está dissociada da eficácia política tão almejada pela teoria feminista, porque sobretudo está presa à construção da identidade lesbiana, ou seja, de um sujeito lésbico.

Nos livros *Gênero e disputa*, *Cuerpos que importan* e *Mecanismo Psique de poder*, Butler está preocupada em esclarecer que tipo de sujeito foi excluído do mundo inteligível que se configura dentro de uma matriz heterossexual, um discurso hegemônico de heterossexualidade compulsória, matriz pela qual os paradigmas teóricos foram construídos. No livro *Cuerpos que importan*, Butler preocupa-se em esclarecer que, na base do seu projeto teórico, o corpo, seus contornos e seus movimentos são materiais, embora a matéria deva ser entendida como uma consequência do poder, como seu efeito mais produtivo. Na base desta discussão temos o debate, na teoria do conhecimento, sobre a forma e matéria. Desse modo, desembocamos numa questão epistemológica, conseqüentemente na discussão sobre a construção dos universais, tendo como ponto de partida autores como Platão e Aristóteles, cujo debate ergue todo o alicerce da ciência ocidental. Na conclusão desta discussão, Butler denuncia todos aqueles que estão excluídos, e vai além da perspectiva da *Écriture Féminine*, uma vez que a falocracia pode, sim, ser a chave para a hegemonia capitalista; no entanto a exclusão não é somente do sexo, da mulher, mas sim das crianças, dos animais, dos escravos, de todos os excluídos pela metafísica da racionalidade ocidental. E, como já vimos, o argumento da exclusão é duplo. De um lado, toda exclusão é um produto discursivo, não uma situação ontológica. Por outro, o objetivo da teoria feminista não deve limitar-se às mulheres.

Talvez seja mais coerente acusarmos Butler de querer construir um projeto teórico que parte dos agentes sociais que são excluídos da matriz da heterossexualidade compulsória, ou seja, daqueles que são designados pela categoria social que pode ser ouvido ou interpretado como uma afirmação ou o insulto, tais como: mulher, judeu, bicha, negro ou chicana, lesbiana. E o processo performativo se inicia quando um nome interpelado buscar realizar a identidade a que se refere, e daí se chocam no imaginário,

⁴ Acredito que estas nomeações são mais apropriadas do que aquela que encontramos no texto de Darlley, *Terceiro mundo*, e pouco menos homogênea do que a usado por Molina, países que não atingiram o Estado do bem estar-social. Estas nomeações podem ser apreciadas em AROSTEGUI, Julio. *La historia vivida*. Madrid, Alianza Editorial, 2004.

porque, embora o nome esteja estruturado pela lei, o processo performativo não a obedece de forma imediata.

Neste sentido, passamos a compreender como os atos performativos masculinizados marginalizados e subalternizados repetem e expressam as pautas enredadas por gênero/sexo, classe e raça/etnia. Os agentes sociais, no curso de seus atos, atuam conforme estas normas ou pautas que nós, investigadores, também agentes sociais, buscamos apreender para compor o discurso científico. No decorrer da leitura de Connell e Butler, é explícito que eles compartilham linhas de continuidades com a sociologia bourdiana. Tais ideias estão relacionadas basicamente aos conceitos de *campo* e *habitus*. O primeiro aceita a idéia de síntese proposta por Bourdieu na relação entre a perspectiva macro e micro. A segunda rechaça porque sugere que a tensão existe na teoria, porque ela também existe no cotidiano.

Butler (2004) mostra que a noção de *habitus*, em Bourdieu, pode ser comparada com a noção de ideologia, de Althusser. Butler advoga que o conceito de ideologia, em Althusser, constitui a evidência do sujeito, mas esta evidência é o efeito de um *dispositif*. O mesmo termo reaparece em Bourdieu para descrever a maneira como *habitus* gera certas crenças. Butler acredita que o gérmen da reapropriação de Althusser por Bourdieu é bastante claro, quando Bourdieu expõe a sua ideia de disposições como geradoras e intercambiáveis, uma vez que para Althusser um indivíduo crê em Deus, no dever ou na justiça, etc. Estas crenças provêm de ideias do mencionado indivíduo, portanto dele mesmo como sujeito que tem uma consciência, na qual estão contidas as ideias de sua crença.

Apesar do pouco cuidado da autora quando efetivamente reduz a sua leitura bourdiana a uma mera interpretação da teoria de aparelho ideológico de Althusser, o que deve estar realmente sendo avaliado, na tentativa de Butler de se aproximar de Bourdieu, é seu esforço teórico de lidar não somente com o indivíduo, mas sim com a tensão entre o macro e o micro, e sobretudo, a dimensão do corpo encarnado através da ideia de *habitus*.

Butler destaca que a noção de ritual sugere que se trata de uma atuação, cuja repetição gera uma crença que é logo incorporada à atuação em operações posteriores. Aqui, temos que operar com mito fundador da sexualidade excessiva atribuída aos

negros e às negras, ou seja, especificamente a crença de que existe a super-virilidade do homem negro. Verificamos que a reprodução ocorre através das normas que não são apropriadas de forma mecânica, ou voluntariamente, ou seja, não seria um mero conducionismo, tampouco um projeto deliberado. Assim como Gayle Rubin, Butler não considera convincente a ideia de um ser social enquadrado nos limites da teoria estrutural e marxista; é necessário o investimento da psiquê deste sujeito, através da psicanálise. Passamos a trabalhar com dois conceitos fundamentais: de uma parte, cumplicidade; da outra parte, vulnerabilidade.

Na discussão proposta por Bourdieu, destacamos a sua ideia de cumplicidade, pela qual nos deixa clara a sua tentativa de superar a dicotomia entre o agente social e sociedade. Em seu conceito de cumplicidade ontológica, temos a ideia de um sujeito associado às normas, às auto-regulações, através de uma decisão de conveniência racionalmente refletida e, neste sentido, assumido, porque este é o caminho mais coerente para seguir as normas, ou seja, voltando ao exemplo de um jogador com sua estratégia de sobrevivência diante de um discurso montado. Butler não deseja superar a dicotomia entre o agente social e a sociedade. Para ela, a ambivalência existe na teoria, porque existe na situação em que o agente está imerso. Para explicar o funcionamento da relação entre o sujeito (agente social) e a matriz discursiva hegemônica, Butler reelabora o conceito de vulnerabilidade, tomado da psicanálise. Para ela, o sujeito só pode emergir a partir de uma ligação apaixonada de sua própria subjugação, e isto ocorre pela sua vulnerabilidade primária. Aqui estamos diante de um poder que nos constitui, condicionado simultaneamente pelo masoquismo e pela sua outra face, o sadismo. E, como existe certo narcisismo que se coliga a qualquer termo que confira existência, isto leva o sujeito a abraçar os termos que o injuriam porque o constituem socialmente.

Como contraponto desta situação, trazemos outra cena, no intento de buscar exemplificar como do apego apaixonado à norma surge a resistência, compactuando com o discurso foucaultiano de que as relações de poder que nos constituem sempre produzem, como efeito, a possibilidade de resistir às formas de dominação legitimadas. A resistência é co-extensiva e contemporânea às relações de poder. Assim, as pautas podem ser repetidas nos atos performativos dos agentes, mas a repetição não significa autenticidade, mas sim, probabilidades e novas possibilidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui acreditamos que os conceitos de ato performativo e masculinidades foram devidamente esclarecidos, para que eles possam ser efetivamente apreendidos nas cenas dos agentes de carne e osso. Verificamos, assim, que os três autores compartilham uma visão dos agentes sociais como dotados de capacidade de monitorar suas ações e enfatizam a questão das práticas sociais, vistas como uma instância que pode iluminar as relações entre estrutura e ação, pois ao mesmo tempo em que as práticas são pensadas como realizações situacionais de agentes dotados de reflexividade, é através desses atos performativos que as estruturas são, elas mesmas, reproduzidas. Desta forma, percebe-se que a construção teórico-metodológica do conceito de ato performativo irá permitir a apreensão da realidade sem a necessidade da criação dos estereótipos ou identidades fixas; com isto, não se invalida a tão necessária identidade do aqui-agora reivindicada pelos movimentos sociais em sua interlocução com o Estado para a elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genebra: Droz, 1972.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre, WACQUANT, Löic. *Respuestas: por una Antropologia reflexiva*. México: Ed. Grijalbo, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BUTLER, Judith. *El género y disputa. El feminismo y la subversión de la identidad*. México. Paidós. 2001.

BUTLER, Judith. *Mecanismos psíquicos del poder: Teorías sobre la sujeción*. Madrid: Cátedra, 2002.

BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires. Paidós, 2002.

CAMPILLO, Neus. "Ontología y diferencia de los sexos" En: TURBERT, Silvia (ed), *Del sexo al género: los equívocos de un concepto*, Madrid, Cátedra, 2003.

CONNEL, R.W. *Masculinities*. Berkeley: University of California Press, 1996.

CONNEL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v.20, nº2, UFRS, Porto Alegre, 1995.

CONNEL, R.W. "La Organización social de la Masculinidad". En: *Revista ISIS International*, "Masculinidad/es: Poder y Crisis", VALDES, Teresa & OLIVARRÍA, José (eds.), Ediciones de las Mujeres no. 24, 1995.

MESSEDER, Suely A "Lá você vai ser uma pedaço de carne...": Entrelaçando o ato performativo da masculinidade subalterna com o mercado sexual dos homens pretos na Galícia. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional sobre Migração, Campinas, 2007.

MESSEDER, Suely A. *Ser ou não ser: uma questão para pegar a masculinidade*. EDUNEB, Salvador, 2009.

MOLINA, Cristina, "Género y poder desde sus metáforas. Apuntes para una topografía del patriarcado" En: TURBERT, Silvia (ed), *Del sexo al género: los equívocos de un concepto*, Madrid, Cátedra, 2003.

RECEBIDO EM: 04 de maio de 2011

APROVADO EM: 13 de junho de 2011